



Revista de Gestão Ambiental e Sustentabilidade
ISSN: 2316-9834
revistageas@uninove.br
Universidade Nove de Julho
Brasil

Corrêa Bento, Sarah; de Melo Conti, Diego; Martins Baptista, Rodrigo; Nabil Ghobril, Carlos
AS NOVAS DIRETRIZES E A IMPORTÂNCIA DO PLANEJAMENTO
URBANO PARA O DESENVOLVIMENTO DE CIDADES SUSTENTÁVEIS
Revista de Gestão Ambiental e Sustentabilidade, vol.
7, núm. 3, 2018, Septiembre-Diciembre, pp. 469-488
Universidade Nove de Julho
São Paulo, Brasil

Disponible en: <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=471659747007>

- Cómo citar el artículo
- Número completo
- Más información del artículo
- Página de la revista en redalyc.org



AS NOVAS DIRETRIZES E A IMPORTÂNCIA DO PLANEJAMENTO URBANO PARA O DESENVOLVIMENTO DE CIDADES SUSTENTÁVEIS

¹Sarah Corrêa Bento

²Diego de Melo Conti

³Rodrigo Martins Baptista

⁴Carlos Nabil Ghobril

RESUMO

As cidades são protagonistas no processo de desenvolvimento global. Atualmente mais de 54% da população mundial reside em cidades e com previsão de alcançar a marca de 60% em 2030. Assim, as cidades têm ocupado um papel crucial na agenda global de desenvolvimento sustentável. A ideia de sustentabilidade urbana vem se disseminando através de importantes estudos e protocolos internacionais, no intuito das cidades superarem desafios de ordem social, econômica e ambiental para gerar qualidade de vida aos seus cidadãos e contribuir com a capacidade de desenvolvimento das gerações futuras. Este trabalho investigou a importância e as novas diretrizes do planejamento urbano como ferramenta para a estruturação de cidades sustentáveis. Foi realizada uma pesquisa qualitativa através de entrevistas em profundidade com especialistas de diferentes áreas de conhecimento no tema de cidades, trazendo como principal resultado uma visão sistêmica sobre o papel do planejamento urbano no desenvolvimento de cidades sustentáveis. Além disso, visando um desenvolvimento urbano equilibrado, este estudo aponta a necessidade de um novo ordenamento e coesão dos diferentes elementos que compõem uma cidade e propõe caminhos para uma nova governança urbana colaborativa, contribuindo assim para o desenvolvimento científico da área de planejamento urbano e regional.

Palavras-chave: Urbanismo, Sustentabilidade, Desenvolvimento Sustentável, Planejamento Urbano.

¹ Pós-Graduada em Gestão Socioambiental para a Sustentabilidade. Fundação Instituto de Administração – FIA. São Paulo, SP (Brasil). E-mail: sarah.fauro@gmail.com

² Doutor em Administração pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo - PUC-SP. São Paulo, SP (Brasil). E-mail: diegoconti@uol.com

³Postdoctoral fellow da University of Kassel, Kassel, Germany. Doutor em Administração pelo Centro Universitário da FEI e professor do Centro Universitário Senac e Universidade Anhembi Morumbi. São Paulo, SP (Brasil). E-mail: r.baptista@uni-kassel.de ou rodrigo2w2@gmail.com

⁴ Doutor em Ciências pela Universidade de São Paulo – USP. São Paulo, SP (Brasil). E-mail: ghobril@gmail.com





NEW GUIDELINES AND THE IMPORTANCE OF URBAN PLANNING FOR THE DEVELOPMENT OF SUSTAINABLE CITIES

ABSTRACT

Cities are protagonists in the overall development process. Today, more than 54% of the world's population lives in cities and it is expected to reach the 60% mark by 2030. Cities have thus played a crucial role in the global sustainable development agenda. The idea of urban sustainability has been disseminated through important international studies and protocols in order to overcome social, economic and environmental challenges to generate quality of life for its citizens and contribute to the development capacity of future generations. This work investigated the importance and the new directives of urban planning as a tool for the structuring of sustainable cities. A qualitative research was conducted through in-depth interviews with experts from different areas of knowledge on the theme of cities, bringing as a main result a systemic view on the role of urban planning in the development of sustainable cities. In addition, aiming at a balanced urban development, this study points out the need for a new ordering and cohesion of the different elements that compose a city and proposes ways for a new collaborative urban governance, thus contributing to the scientific development of the urban and regional planning area.

Key words: Urbanism, Sustainability, Sustainable Development, Urban Planning.

LAS NUEVAS DIRETRICES Y LA IMPORTANCIA DEL PLANEAMIENTO URBANO PARA EL DESARROLLO DE CIUDADES SOSTENIBLES

RESUMEN

Las ciudades son protagonistas en el proceso global de desarrollo. Hoy en día, más del 54% de la población mundial vive en ciudades y se espera que alcance el 60% en 2030. Las ciudades han jugado un papel crucial en la agenda global de desarrollo sostenible. La idea de la sostenibilidad urbana se ha difundido a través de importantes estudios y protocolos internacionales para superar los desafíos sociales, económicos y ambientales para generar calidad de vida para sus ciudadanos y contribuir al desarrollo de la capacidad de las generaciones futuras. Este trabajo investigó la importancia y las nuevas directivas de planificación urbana como una herramienta para la estructuración de ciudades sostenibles. Se llevó a cabo una investigación cualitativa a través de entrevistas en profundidad con expertos de diferentes áreas de conocimiento sobre el tema de las ciudades, con el resultado principal de una visión sistemática sobre el papel de la planificación urbana en el desarrollo de ciudades sostenibles. Además, con el objetivo de lograr un desarrollo urbano equilibrado, este estudio señala la necesidad de una nueva ordenación y cohesión de los diferentes elementos que componen una ciudad y propone vías para una nueva gobernanza urbana colaborativa, contribuyendo así al desarrollo científico de las ciudades y los pueblos. Área de planificación regional.

Palabras clave: Urbanismo, Sustentabilidad, Desarrollo Sostenible, Planificación Urbana.





1 Introdução

Nos últimos 60 anos, a população mundial passou de aproximadamente 2,5 bilhões para 7 bilhões de pessoas em 2011 e, segundo o relatório *World Urban Prospects* da ONU (2014), a projeção é que chegue a atingir 10 bilhões até 2050. De tal modo, um fator importante para o crescimento populacional é a mudança de uma população predominantemente rural, baseada em meios de produção agrícola, para uma população urbana. Atualmente, de acordo com Stigt *et al.* (2013), mais de 54% da população mundial vive em cidades. Trata-se de uma marca que implica em mudanças significativas sobre o modelo de vida humana.

O crescimento urbano global é uma tendência indissociável da realidade e, por isso, o tema requer atenção para a construção de planos e estratégias de longo prazo, capazes de lidar com o aumento da população global e a expansão das cidades (Glaeser, 2011). Assim, se alinhada com estratégias de sustentabilidade, a força das cidades pode ser também uma grande aliada de um desenvolvimento equilibrado, mitigando os efeitos socioambientais negativos causados pela sua expansão (Stigt *et al.*, 2013).

A partir deste cenário, o tema das cidades sustentáveis vem ganhando força globalmente, o que se evidenciou com a realização da Habitat III – Conferência das Nações Unidas sobre Habitação e Desenvolvimento Urbano Sustentável realizada em Quito, no Equador, em 2016 - e com a publicação do relatório final da conferência, intitulado de Nova Agenda Urbana, o qual define ações estratégicas para cidades construírem um caminho para o desenvolvimento sustentável. De tal modo, o planejamento urbano como disciplina e ferramenta de estruturação do meio urbano e das cidades, vem ganhando força em discussões na academia, no mercado, na sociedade civil e no setor público (Fitzgerald, O'Doherty, Moles, & O'Regan, 2012; Stigt *et al.*, 2013; Childers, Picket, Grove, Ogden, & Whitmer, 2014).

O objetivo deste artigo é discutir e retratar o papel do planejamento urbano e de seus instrumentos para o desenvolvimento de cidades mais sustentáveis, respondendo em sua investigação a seguinte questão: quais são as novas diretrizes do planejamento urbano e sua importância para o desenvolvimento sustentável de uma cidade? Trazendo à tona as contribuições do planejamento urbano para desenvolvimento

sustentável das cidades, além de ferramentas e instrumentos que podem ser utilizados pelos gestores municipais.

Tendo em vista o panorama urbano apresentado, a contribuição deste trabalho solidificou-se na ideia de propor diretrizes para o desenvolvimento de cidades melhores para as pessoas, tendo o desenvolvimento sustentável como premissa fundamental para o planejamento urbano. Esta contribuição revela a relação entre um suporte teórico ao planejamento urbano e como ele de fato se reflete no desenvolvimento de cidades melhores e mais humanas.

2 Referencial teórico

2.1 Planejamento urbano e sustentabilidade

O planejamento urbano representa o uso da terra em sua função econômica, social, ambiental, institucional e cultural (Okpala, 2009; Boamah, Gyimah, & Nelson, 2012; Cobbinah & Korah, 2016; Yeboah & Shaw, 2013). O planejamento urbano estabelece um conjunto de ações das atividades urbanas podendo ser realizadas ou orientadas pelo mercado, assumidas pelo Estado, tanto na sua concepção quanto na sua implementação (Deak, 1999). Esse planejamento também se refere a um processo de gestão e de programação para um modelo de desenvolvimento de áreas urbanas.

O autor Okpala (2009) argumenta que planos urbanos devem ser elaborados de acordo com grupo de população, considerando variáveis socioeconômicas associadas às densidades demográficas de forma combinada e simbiótica. Essa simbiose tem relação com o estudo de Bugs *et al.* (2010) sobre o impacto do uso de tecnologias para o planejamento urbano, como uma ferramenta social para contribuir para o processo de comunicação sobre as necessidades dos usuários e dos tomadores de decisão.

Os autores Stigt *et al.* (2013) argumentam que planejamento e desenvolvimento urbano tem a capacidade de equilibrar três interesses conflitantes: o crescimento econômico, a justiça social e a proteção do meio ambiente. A integração destas três dimensões em um processo de planejamento urbano pode tornar as cidades inclusivas e coloca-las no caminho da sustentabilidade (Sachs, 2002). Isso apresenta-se





também nos estudos de Tibaijuka (2006) e Watson, Shields e Langer (2009) ao argumentarem que o planejamento urbano deve ser inclusivo e articular os diferentes interesses da sociedade.

Ainda, ressalta-se que o planejamento urbano como disciplina para o desenvolvimento de cidades surgiu da necessidade de ordenação do espaço físico que passava a abrigar cada vez mais pessoas. Trata-se basicamente de um processo de produção, estruturação e apropriação do espaço no perímetro urbano, o qual conta com diferentes ferramentas e mecanismos para o planejamento de cidades (Deak, 1999).

2.2 Mecanismos de planejamento urbano

No Brasil há diversos mecanismos de implantação de planos de desenvolvimento urbano, tanto em cidades que tiveram sua origem em um plano inicial, quanto para aquelas que tiveram seu crescimento de forma espontânea. Uma das formas de se fazer esse planejamento é por meio de legislações. O Estatuto da Cidade, Lei 10.257 de 2001 (Brasil, 2001), é uma delas, o qual estabelece diretrizes gerais para o desenvolvimento da política urbana.

No caso dos planos municipais, por exemplo, pode-se citar como principais legislações práticas o Plano Diretor e Leis de Uso e Ocupação do Solo. O primeiro deles tem como objetivo estabelecer diretrizes gerais de crescimento do município, definições de áreas urbanas e rurais, aproveitamento de uso de áreas, em linhas gerais. A Lei de Uso e Ocupação do Solo estabelece o potencial construtivo de uma área, a possibilidade de adensamento, área livre e área verde, entre outras diretrizes. O estatuto do Plano Diretor se estabelece como uma ferramenta básica para o planejamento urbano, cujo objetivo, segundo a Lei 10.257/2001, é garantir o direito a cidades sustentáveis, ou seja, o conjunto de direitos que asseguram uma existência digna no meio urbano, tais como à terra urbana, à moradia, ao saneamento ambiental, à infraestrutura urbana, ao transporte e aos serviços públicos, ao trabalho e ao lazer (BRASIL, 2001).

Os autores Fitzgerald *et al.* (2012) e Wolsink (2016) argumentam que os mecanismos de planejamento urbano são importantes para o desenvolvimento de infraestrutura e serviços, no intuito de equilibrar os fluxos demográficos das cidades e o desenvolvimento do território. Os autores colocam que isso pode estimular o

crescimento socioeconômico de uma cidade, tornando as cidades mais resilientes.

Apesar dos inúmeros avanços relacionados as ferramentas de planejamento urbano, a autora Maricato (2015) relata que na prática o que acontece é uma dissociação entre os planos, as legislações e a realidade. Além disso, a autora argumenta que a participação social na criação e implementação dos planos urbanos pode ser uma saída para a democratização do espaço público, solucionando problemas importantes como a segregação espacial.

Os mecanismos e ferramentas de planejamento urbano participativos são um instrumento importante para o desenvolvimento de cidades inclusivas, democráticas e sustentáveis (Maricato, 2000; Fitzgerald *et al.*, 2012). A utilização dos diferentes mecanismos de planejamento pode garantir perenidade as cidades, permitindo a resolução de conflitos em seu território e um maior equilíbrio entre o desenvolvimento socioeconômico e o meio ambiente (Stigt *et al.*, 2013; Maricato, 2015).

2.3 Cidades sustentáveis

A partir de uma leitura histórica sobre o tema, verifica-se que a expressão “cidade sustentável” surgiu na década de 1990 logo após os primeiros conceitos de sustentabilidade. A partir desta época ambientalistas, economistas e ativistas em diferentes partes do mundo criticavam a qualidade de vida e os padrões de desenvolvimento, dado o consumo e o desperdício exagerado de recursos naturais, pelo excesso de poluição das águas e do ar nas cidades e pelos desequilíbrios sociais (Sitarz, 1993; Hancock, 1993; Sachs, 2002; Wolsink, 2016).

Naquela época constituiu-se um dos grandes marcos da área ambiental, a Conferência das Nações Unidas sobre o meio Ambiente e o Desenvolvimento ou também conhecida Eco-92 e Cúpula da Terra. Diferente de outros encontros internacionais, essa conferência contou com a presença de importantes lideranças políticas, o que impulsionou o debate para a prevenção da degradação ambiental e a preservação da biodiversidade para as gerações futuras. Além disso, foi nesse momento que se criou outro importante instrumento de sustentabilidade para as cidades, a Agenda 21 (Dahl, 2014).

A definição de desenvolvimento sustentável mais utilizada por planejadores urbanos e difundida entre especialistas é aquela proposta no





documento *Our Common Future* ou Relatório Brundtland (CMMAD, 1988, p. 46): [...] é aquele que atende às necessidades do presente sem comprometer a possibilidade de as gerações futuras atenderem as suas próprias necessidades. Contudo, estudos recentes realizados pela fundação *Global Footprint Network* (2015) indicam que o conceito ainda é simbólico, pois o resultado não é sentido pelas populações em maior vulnerabilidade.

Os autores Ferreira *et al.* (2018) ressaltam que as cidades sustentáveis são aquelas que preservam as suas áreas verdes, sem alterar os ecossistemas naturais frente ao meio urbano. Os autores ressaltam que cidades mais verdes produzem maior qualidade de vida aos seus cidadãos, pois preservam a qualidade do ar, do clima e facilitam a recuperação dos sistemas de água.

Neste cenário, Fitzgerald *et al.* (2012) verificam que a qualidade de vida dos cidadãos e o equilíbrio socioambiental são fatores cruciais para o desenvolvimento de uma cidade sustentável, estimulando a criação de uma cultura de paz, a melhoria do ambiente e a perpetuação de todas as espécies. Estes fatores estão associados a aspectos culturais e ao desenvolvimento de uma educação para a sustentabilidade (Wolsink, 2016).

Um importante estudo bibliométrico recente de Kobayashi *et al.* (2017) apresenta e identifica conceitos de cidades relacionados ao alcance de patamares de sustentabilidade, capazes de oferecer qualidade de vida aos cidadãos. Para os autores, uma outra variável importante para o desenvolvimento de cidades sustentáveis é a utilização de tecnologias, pois estas facilitam o alinhamento de interesses no processo de planejamento urbano e de outros planos estratégicos.

Ainda, Fitzgerald *et al.* (2012) e Wolsink (2016) destacam que as tecnologias urbanas podem auxiliar as cidades no controle de emissão de gases poluentes, em uma melhor mobilidade e no planejamento de cidades e bairros mais compactos. De acordo com Maricato (2015), repensar o espaço urbano e oferecer a um número maior de cidadãos a infraestrutura e os serviços públicos necessários para viver pode reduzir as desigualdades socioeconômicas ao longo do território de uma cidade.

Portanto, o termo cidade sustentável vai além da conservação e manutenção de recursos naturais, mas, sobretudo diz respeito a eficácia de um planejamento territorial compatível com as

particularidades de cada município. As cidades, embora não sejam ecossistemas naturais, estão interligadas em um processo sistêmico e interdependente, portanto trata-se de um sistema que necessita de uma nova governança urbana para a resolução das suas problemáticas e conflitos (Shmelev e Shemeleva, 2009; Ronconi, 2011; Stigt *et al.*, 2013).

2.4 Governança para o desenvolvimento urbano sustentável

As primeiras ideias de governança remetem-se à década de 1990, a partir de estudos do Banco Mundial (1992). Trata-se de um tema relacionado a capacidade de articulação e cooperação entre diferentes atores de uma sociedade, sejam eles de ordem social, empresarial ou governamental, para a discussão de assuntos de interesse comum.

Nesse sentido, Stigt *et al.* (2013) destacam em seu texto a complexidade dos processos de tomada de decisões para desenvolvimento urbano, uma vez que nas cidades existem múltiplos grupos de stakeholders com diversos interesses, os quais negociam em diferentes arenas políticas e redes, constituindo uma caótica sequência de decisões inter-relacionadas. A governança significa a institucionalização e a participação popular como mecanismo para implementar princípios democráticos (Healey, 1998; Caldeira & Holston, 2015).

O autor Wachhaus (2014) relata que a governança é o elemento que determina quem tem influência, quem decide e como os tomadores de decisão são responsabilizados. Assim, Ronconi (2011) argumenta que as cidades devem elaborar estratégias de governança que incluem a participação dos cidadãos na formulação, implementação e avaliação das políticas públicas.

Ainda, a autora Ronconi (2011) relata que a governança é um tipo de arranjo institucional governamental, o qual articula diferentes dimensões da sociedade através do estabelecimento de planos e parcerias colaborativas. Caldeira e Holston, 2015 argumentam que os processos de governança são considerados como um sistema de articulação capaz de integrar os interesses dos diversos atores de uma sociedade, desempenhando um equilíbrio entre o mercado, o governo e a sociedade civil.

Wachhaus (2014) destaca que a adoção de sistemas de governança colaborativa é fundamental para o desenvolvimento de políticas





públicas de sustentabilidade, pois permite a construção de objetivos que vão além do período dos mandatos políticos. De acordo com o autor, isso possibilita o desenvolvimento de planos de longo prazo e o estabelecimento de relações transparentes entre diferentes partes interessadas.

Nesse sentido, a autora Ronconi (2011) relata que os sistemas de governança colaborativa podem apresentar diferentes características e níveis de profundidade, sendo os modelos participativos cruciais para o desenvolvimento de cidades mais sustentáveis. Além disso, a autora ressalta que a colaboração na construção das cidades pode se dar através de diversos instrumentos, os quais facilitam a estruturação de processos de governança colaborativa.

2.5 Instrumentos de gestão

A governança é entendida como um instrumento de gestão capaz de potencializar o desenvolvimento sustentável das cidades, pois articula interesses de forma equilibrada, com transparência e equidade, permitindo que conflitos sejam resolvidos ao longo do território e que soluções inteligentes sejam criadas com a participação dos cidadãos (Ronconi, 2011; Smith & Wiek, 2012; Stigt *et al.*, 2013).

Os autores Stigt *et al.* (2013) enfatizam que a governança é um instrumento capaz de articular os diferentes interesses em uma sociedade, orientando as decisões para o consenso. Os autores argumentam ainda que isso possibilita que a preservação do meio ambiente, criando uma janela para o planejamento urbano sustentável.

Nesse sentido, Yeboah e Shaw (2013) ressaltam que o planejamento urbano sustentável é capaz de gerar um desenvolvimento equilibrado do território, o que segundo Fitzgerald *et al.* (2012) se cria a partir do uso de instrumentos de governança participativa.

O autor Wolsink (2016) trata estas questões em uma visão mais ampla, ao ressaltar em sua pesquisa que as Cidades Sustentáveis se desenvolvem com instrumentos de participação política, uma vez que estes possibilitam a criação de uma visão comum e de longo prazo para o desenvolvimento local. A autora Ronconi (2011) ressalta que a governança é o instrumento chave para a articulação de diferentes conhecimentos, o que possibilita a criação de soluções mais inteligentes para os problemas das cidades.

A Figura 1 apresenta a matriz de amarração das teorias de planejamento urbano, cidade sustentável, desenvolvimento urbano sustentável e instrumentos de gestão:

Autor(es)	Explicação	Categoria teórica
Boamah et al. (2012); Childers et al. (2014); Caldeira et al. (2015); Cobbina & Korah (2016); Yeboah & Shaw (2013); Scott & Rowewis (1977); Glaeser (2012); Fitzgerald et al. (2012); Stigt et al. (2013); Maricato (2015); Maricato (2000).	Representa o uso da terra em sua função econômica, social, ambiental, institucional e cultural e o desenvolvimento do território urbano.	Planejamento urbano
Relatório Brundtland, Ferreira (2013); Ronconi, 2011; Sachs (2002); Kobayashi et al. (2017); Lei 10.257/2001; Lei 12.187/2009; Lei 12.587/2012; Sachs (2002); Dahl (2014); Wolsink (2016); Glaeser, 2011; Ferreira et al. (2018).	Evita a degradação, mantém a saúde de seu sistema ambiental, reduz a desigualdade social e promove um ambiente saudável para os seus habitantes. Busca atender questões sociais, econômicas, culturais, ambientais, políticas, culturais e espaço físico.	Cidade sustentável
Rogers (1997) ; Childers et al. (2014); Tibaijuka (2006); Fitzgerald et al (2012); Watson et al. (2009); Stigt et al. (2013); Fitzgerald et al. (2012); Maricato (2015) Wolsink (2016); Ronconi (2011); Wachhaus (2014); Sachs (2002).	Processos de planejamento e gestão urbana, buscando a sustentabilidade sob as dimensões ambientais, sociais e econômicas.	Desenvolvimento urbano sustentável





Ronconi (2011); Childers et al. (2014); Bugs et al. (2010); Kobayashi et al. (2017); Kennedy et al., (2007); Kennedy et al. (2011); Fitzgerald et al (2012); Stiglitz et al. (2013) Caldeira & Holston, (2014); Baiocchi et al. (2011).	A soma dos processos técnicos e socioeconômicos que ocorrem na gestão de cidades, resultando em crescimento, desenvolvimento e na redução de externalidades negativas.	Instrumentos de gestão
---	--	------------------------

Figura 1 - Matriz de estrutura teórica do artigo.

Fonte: elaborado pelos autores (2017).

O planejamento urbano apresenta a importância do uso da terra em sua função econômica, social, ambiental, institucional e cultural e o desenvolvimento do território urbano. Já a categoria teórica da cidade sustentável busca evitar a degradação e mantém a saúde de seu sistema ambiental. Busca-se reduzir a desigualdade social por meio de um ambiente saudável para os seus habitantes. O desenvolvimento urbano sustentável apresenta a design de processos de planejamento e gestão urbana, com foco na sustentabilidade sob as dimensões ambientais, sociais e econômicas. Por último a categoria de instrumentos de gestão está relacionada aos processos técnicos e socioeconômicos que ocorrem na gestão de cidades, resultando em crescimento, desenvolvimento e na redução de externalidades negativas.

3 Procedimentos metodológicos

Por meio de uma pesquisa qualitativa elaborou-se uma revisão teórica sobre planejamento urbano e cidades sustentáveis com

consultas a livros, documentos e artigos científicos relacionados ao tema proposto. Além disso, foram realizadas 5 entrevistas em profundidade com especialistas no tema de cidades sustentáveis. Escolheu-se o método qualitativo por permitir um maior aprofundamento no tema com foco na exploração dos dados primários dos entrevistados (Yin, 2005; Creswell, 2007).

Ressalta-se que todos os sujeitos entrevistados foram escolhidos de maneira intencional, o que reforça a qualidade das respostas e da pesquisa. O tema de planejamento urbano engloba diversas variáveis, o que exigiu uma amostra variada para responder a pergunta de pesquisa, absorvendo diversos pontos de vista sobre a questão. Esta perspectiva *multistakeholder* garantiu um melhor aproveitamento da pesquisa.

De tal modo, os sujeitos entrevistados serão identificados neste artigo como A, B, C, D e E, no intuito de preservar suas identidades e garantir as questões éticas inerentes a pesquisa. Na Figura 2 pode-se observar o perfil dos entrevistados:

Sujeito	Perfil
A	Professora e consultora internacional. Sócia-diretora de uma empresa de soluções para economia, cultura e desenvolvimento. Graduada em administração pública pela FGV e economia pela USP, MBA pela Fundação Dom Cabral, mestre em Administração - USP, Dra. em Urbanismo - USP.
B	Professor na Universidade Mackenzie e atuação em laboratório de estratégias de projetos, cenários urbanos e temporais. Graduação e doutorado em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade Presbiteriana Mackenzie.
C	Atuação como Secretário Municipal de Meio Ambiente em município da Grande São Paulo. Graduação em Ciências Jurídicas pela Universidade Nove de Julho, Pós Graduação em Direito Ambiental pelo Senac, Pós Graduação em Gestão Ambiental pela PUC-SP, Mestrando em Direito Ambiental pela PUC-SP.
D	Atuação como professor assistente na PUC-SP e uma das lideranças da Rede Nossa São Paulo e do Programa Cidades Sustentáveis. Graduação em História pela USP, doutor em História Econômica pela USP.





E	Atuação com relatórios de infraestrutura e gestão. Graduado em administração de empresas, e mestre, pela PUC-SP.
----------	---

Figura 2 - Perfil dos sujeitos da pesquisa.

Fonte: elaborado pelos autores (2015).

Para a realização da análise dos dados, utilizou-se da técnica da análise de conteúdo por meio da instrumentação de um roteiro de entrevista e da utilização do software NVivo 11, o qual auxiliou na seleção e contagem dos trechos diante de cada categoria teórica e na construção da matriz de estruturação teórica para examinar a consistência das respostas entre pares com objetivo de verificar a saturação dos respondentes (Howe & Eisenhart, 1990).

As análises iniciais foram realizadas simultaneamente com a coleta de dados para confirmar que a saturação de dados tinha sido conseguida. Ao longo do processo analítico, foram utilizadas múltiplas fontes de evidências, apoio de especialistas para a leitura crítica das versões e triangulação de técnicas qualitativas com o apoio de software para organizar e categorizar os dados em torno das categorias empíricas e teóricas.

Por último, relata-se que os dados deste trabalho foram coletados através de um roteiro de

entrevista com perguntas semiestruturadas. As questões tiveram como objetivo discutir: a) o que torna uma cidade mais sustentável; b) os maiores problemas urbanos das cidades brasileiras; c) as relações entre planejamento urbano e sustentabilidade; d) mecanismos e instrumentos relevantes para o desenvolvimento sustentável de uma cidade; e) benefícios do planejamento urbano para as cidades sustentáveis. As entrevistas foram realizadas através de encontros presenciais e por Skype no período entre julho e agosto de 2015.

4 Análise e discussão dos resultados

Nesta seção serão apresentadas as análises e discussões dos resultados por meio das categorias de análise Planejamento Urbano, Cidade Sustentável, Desenvolvimento Urbano Sustentável e Instrumentos de Gestão.

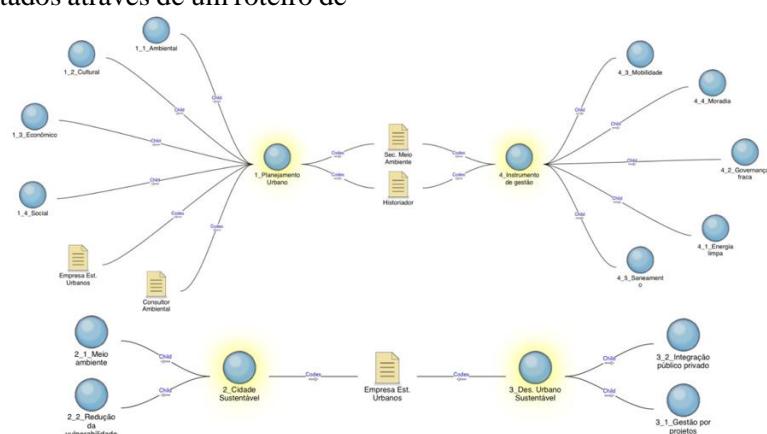


Figura 3 - Imagem gerado do software Nvivo 11 – volume das duas principais categorias teóricas e perfil de entrevistados.

Fonte: elaborado pelos Autores (2017).

As categorias levantadas por meio da revisão teórica com apoio do software Nvivo 11, sob a análise dos dados primários do Secretário de Meio Ambiente da Prefeitura de Ferraz de Vasconcelos e do Historiador indicam que o planejamento urbano e seus instrumentos de gestão estão apoiados pelas práticas econômicas,

sociais, ambientais e culturais. A mobilidade, moradia, energia limpa e saneamento são apresentados como subcategorias cuja moderação ocorre devido a subcategoria como a fraca governança. As duas outras categorias com maior volume de codificação são cidades sustentáveis e desenvolvimento urbano

sustentável. As subcategorias de cidade sustentável foram meio ambiente e redução da vulnerabilidade. Na sequência, o desenvolvimento urbano sustentável apresenta a

integração público privado e a gestão por projetos.

A Figura 4 apresenta o perfil dos entrevistados e categorias teóricas codificadas a partir dos dados primários:

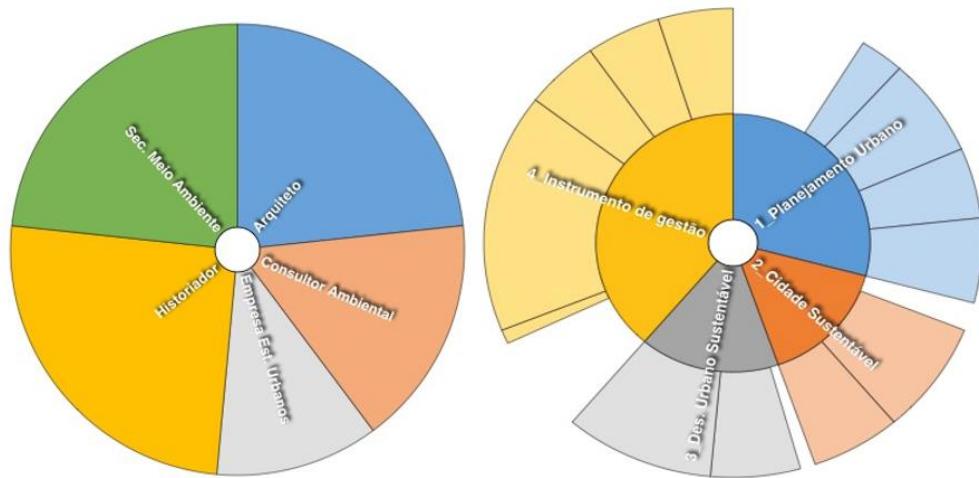


Figura 4 - Perfil dos entrevistados e categorias teóricas codificadas.

Fonte: Elaborado pelos autores (2017).

O maior volume de codificação foi do secretário do meio ambiente da prefeitura de Ferraz de Vasconcelos, do historiador e do arquiteto, seguido do consultor ambiental e da empresa de estudos urbanos. O maior volume de trechos selecionados das entrevistas analisadas apresentou relação com o planejamento urbano, cidade sustentável, desenvolvimento urbano sustentável e instrumento de gestão. O maior

poder de correlação entre as categorias foi entre o planejamento urbano com instrumentos de gestão e cidade sustentável com desenvolvimento urbano sustentável.

A Tabela 1, gerada pelo software Nvivo 11, apresenta o número de textos codificados, as codificações das subcategorias agregadas e o número de entrevistas codificadas para cada uma das categorias e subcategorias.

Tabela 1: Categorias e subcategorias – Trechos textuais codificados, subcategorias e número de entrevistas codificadas



Categoria e Subcategoria	Número de textos codificados	Codificação das subcategorias agregadas	Entrevistas codificadas
1 Planejamento Urbano	9	30	4
1 Planejamento Urbano\1_1 Ambiental	3	3	2
1 Planejamento Urbano\1_2 Cultural	7	7	4
1 Planejamento Urbano\1_3 Econômico	5	5	3
1 Planejamento Urbano\1_4 Social	6	6	4
2 Cidade Sustentável	2	16	1
2 Cidade Sustentável\2_1 Meio ambiente	8	8	4
2 Cidade Sustentável\2_2 Redução da vulnerabilidade	6	6	3
3 Des. Urbano Sustentável	1	17	1
3 Des. Urbano Sustentável\3_1 Gestão por projetos	6	6	3
3 Des. Urbano Sustentável\3_2 Integração público privado	10	10	4
4 Instrumento de gestão	7	40	2
4 Instrumento de gestão\4_1 Energia limpa	1	1	1
4 Instrumento de gestão\4_2 Governança fraca	17	17	5
4 Instrumento de gestão\4_3 Mobilidade	5	5	4
4 Instrumento de gestão\4_4 Moradia	5	5	3

Nota. Fonte: elaborado pelos autores (2017).

O número de textos codificados apresenta uma relação com as categorias de planejamento urbano e instrumentos de gestão. Ainda, os dados indicam a prevalências de trechos codificados

para a subcategoria “fraca governança” seguido da “integração público privado”.

A seguir, a Figura 5 apresenta os dados primários relacionados a Categoria Planejamento Urbano.

Categoria teórica	Dado primário dos entrevistados	Elemento
Planejamento urbano	[...] a falta de planejamento quando esse é de curto prazo, vem causando os problemas de mobilidade, de consumo de recursos, de falta de convivência geradoras de tensões.	Curto prazo
	[...] planejamento de médio e longo prazo onde os sistemas deveriam funcionar, distribuição de água, mobilidade, fornecimento de energia.	
	[...] planejamento urbano é um instrumento para a implementação de uma política de desenvolvimento sustentável, interliga o meio e o fim, que permita qualidade de vida, crescimento econômico, justiça social, meio ambiente equilibrado.	Equilíbrio de interesses
	[...] o bom planejamento urbano precisa ser sistêmico e olhar para o todo e de pensar qualidade de vida como central. Olhar para condições sociais, econômicas, políticas ambientais e culturais, integrando todas essas dimensões.	





	<p>[...] a figura de uma legislação que é o Estatuto das Cidades, que estabelece o Plano Diretor e uma consistência de política pública.</p> <p>[...] a cultura política não vou dizer que seja totalmente desavergonhada, mas precisa ser com responsabilidade. Eles vão fazer a gestão das cidades e não têm preparo adequado para administrar as cidades, estados e o país. O foco é a luta de poder, interesses econômicos, negócios, e não fazer uma gestão pensando na geração presente e futuras, muito menos na sustentabilidade.</p>	Consciência de política pública
	<p>[...] planejamento para questões de sustentabilidade, sociais, diminuir desigualdade, promover estrutura de serviços, equipamentos públicos e privados, atenderá a população em questão de educação e saúde.</p>	Diminuir desigualdades
	<p>[...] é preciso que a população participe, não de forma utópica, mas, engajar a população para contribuir para que a solução aconteça.</p> <p>[...] discussões não pode ser feita de forma isolada, mas com a sociedade e sua cultura que são muito impactadas pelas tecnologias digitais.</p>	Participação da população

Figura 5 - Categoria teórica – planejamento urbano.

Fonte: elaborado pelos autores (2017).

A pesquisa indica que a teoria viável do planejamento urbano não deve apenas dizer o que é o planejamento, mas também o que deve ser feito para o desenvolvimento de cidades mais sustentáveis. Okpala (2009) e Caldeira *et al.* (2015) argumentam que o planejamento urbano produz resultados positivos para sustentabilidade a partir da participação dos cidadãos.

Os entrevistados e Childers *et al.* (2014) apontam de maneira absoluta que o planejamento urbano é um processo fundamental para solução dos principais problemas das cidades e um elemento essencial para o desenvolvimento de cidades sustentáveis. Ainda, os sujeitos da pesquisa argumentam que um bom planejamento urbano é aquele que pode gerar benefícios claros para a cidade.

Para a entrevistada A, por exemplo, o planejamento urbano é uma condição *sine qua non* para a criação de cidades mais sustentáveis, conviveis, empreendedoras, criativas, inteligentes e inovadoras (Stigt *et al.*, 2013; Childers *et al.*, 2014). Ainda, a entrevistada esclarece que o planejamento urbano é condição fundamental - embora não suficiente - para tentar minimizar os problemas existentes e minimizar os futuros.

Ressalta-se que quando foi perguntado aos participantes da pesquisa se o bom planejamento urbano pode trazer benefícios econômicos, sociais, ambientais e culturais para as cidades, a resposta unânime foi que sim. De tal modo, o entrevistado D esclarece que:

Claro, o bom planejamento urbano precisa ser sistêmico e olhar para o todo, inclusive planetário. Um bom planejamento a gente acredita que já considera todas essas dimensões (sociais, econômicas, políticas ambientais e culturais também). E o objetivo desse planejamento é chegar a determinados objetivos que vão melhorar essas condições: sustentabilidade, sociais, diminuir desigualdade, promover estrutura de serviços, equipamentos públicos e privados, atenderá a população em questão de educação, saúde etc.

Além do exposto, os entrevistados argumentam que uma cultura política permeia os planejamentos urbanos, levando as cidades a desenvolverem planos em uma perspectiva de curto prazo, o que acarreta em uma série de desequilíbrios socioambientais. Assim, Glaeser (2012) e Maricato (2015) afirmam que há o outro lado das cidades no qual se encontra a desigualdade social, a pressão sobre sistemas básicos de saneamento, a escassez de estruturas



As Novas Diretrizes e a Importância do Planejamento Urbano para o Desenvolvimento de Cidades Sustentáveis

de saúde, a demanda por transporte e mobilidade, os congestionamentos e a poluição, entre outros.

Os dados empíricos ressaltam que o processo de urbanização gerou contrastes acentuados nas mais variadas escalas (Maricato, 2000). Ainda, os entrevistados argumentam que o planejamento urbano deve ser um instrumento para reduzir as desigualdades sociais nas cidades, buscando equilibrar o território urbano (Maricato, 2015).

Apesar da importância e dos benefícios apresentados, os entrevistados fazem duas ressalvas importantes relacionadas ao planejamento urbano. A primeira é que planejamento urbano por si só não é suficiente para resolver os problemas; a segunda ressalva é que planejamento urbano deve ser o "meio" e não o "fim" da solução. Conforme afirma o entrevistado B, o ato de planejar modifica a cidade como resultado final e promove a integração da sociedade, pois o crescimento da cidade no seu ato de planejar está na maneira como se agrupa os valores de pessoas. Isso é o que deixa a cidade mais sustentável.

É importante destacar que os resultados da pesquisa enfatizam que o planejamento urbano deve possuir uma perspectiva sistêmica, ou seja, compreender os diversos interesses e diferenças existentes em uma sociedade para que ele seja capaz de produzir resultados positivos para a sustentabilidade (Ronconi, 2011; Childers *et al.*, 2014).

Nesse sentido, as entrevistas e a teoria reforçam que as cidades devem estabelecer planos participativos, onde o cidadão possa se engajar e contribuir de forma efetiva para o desenvolvimento de cidades mais sustentáveis (Ronconi, 2011; Fitzgerald, 2012; Childers *et al.*, 2014; Wolsink, 2016).

A participação política e o engajamento dos cidadãos no estabelecimento de planos urbanos são fundamentais para o estabelecimento de planos de longo prazo, o que possibilita o desenvolvimento de uma cidade sustentável (Ronconi, 2011; Fitzgerald, 2012). De tal modo, a seguir apresenta-se a Figura 6, na qual discute-se a Categoria de Cidade Sustentável.

Categoría teórica	Dado primário dos entrevistados	Elemento
Cidade sustentável	<p>[...] consciência do cidadão do que é ser sustentável, inteligente, criativo, empreendedor. Uma cidade sustentável é aquela que faz com que o cidadão tenha uma consciência do que venha a ser sustentabilidade urbana e professe isso nos seus atos e nas suas práticas.</p> <p>[...] são as próprias pessoas.</p>	Educação
	<p>[...] uma cidade sustentável é uma cidade em que todos os agentes, atores, pessoas atuam e opinam.</p>	Debate multisetorial e multistakeholder
	<p>[...] cidade começa com a mobilidade urbana igualitária para todos.</p> <p>[...] políticas públicas que tenha eixos da sustentabilidade como o social, o ambiental e o econômico.</p>	Mobilidade social
	<p>[...] adensamento demográfico e a concentração urbana, 85% das pessoas no Brasil moram nas cidades. O estado de São Paulo tem 20 milhões de pessoas, a cidade de São Paulo com 11 milhões, cria uma crise constante para se manter padrões aceitáveis de sustentabilidade. Isso ocasiona uma política habitacional fragilizada ou até inexistente.</p>	Déficit habitacional em grandes cidades





	<p>[...] o quanto a cidade de São Paulo impacta o desmatamento da Amazônia, a madeira que consome, a carne que consome pelo avanço da pecuária na Amazônia. Uma cidade pode colaborar para impactar menos outros biomas e outros ecossistemas</p> <p>[...] dificuldade de se abastecer bacias da Cantareira, Alto Tiete, Billings, Guarapiranga, acabam dando sinais de esgotamento por conta de uma concentração não só habitacional, mas também produtiva.</p>	Impactos ambientais, sociais e econômicos
	<p>[...] problemas de mobilidade, problemas de espaço, de oferta de serviços para a população como creche, escola, hospital. Isso afeta mais as pessoas de mais frágeis.</p> <p>[...] sistemas urbanos estão colapsados porque estão superlotados, o que causa má qualidade de vida e mau uso do recurso.</p> <p>[...] planejamento espacial tem uma relação direta com classes e com a renda das pessoas. Se eu melhoro um eixo eu torno ele mais atrativo, e isso vai atrair lojas, casas de um padrão maior e a população de baixa renda é expulsa. Essa população vai para uma região mais distante. Isso por si só é perverso, mas é como o mundo funciona nos últimos 50 anos.</p>	Pessoas em situação de vulnerabilidade

Figura 6 - Categoria teórica – cidade sustentável.

Fonte: elaborado pelos autores (2017).

A pesquisa indica que, na visão dos entrevistados, as cidades sustentáveis são produto de uma visão integrada das diferentes dimensões da sociedade (Sachs, 2002). De tal forma, devem produzir resultados, infraestrutura e serviços que alinhem o desenvolvimento econômico, a preservação do meio ambiente e a inclusão social (Glaeser, 2011; Ferreira et al., 2018; Maricato, 2000). Isso é fundamental para a melhor qualidade de vida dos cidadãos.

É importante ressaltar que as respostas relacionadas a sustentabilidade e cidades passam por dois principais temas: as pessoas e as estratégias urbanas, às vezes ambas integradas. Não há como pensar sustentabilidade sem passar pelo cidadão tampouco sustentabilidade sem falar em visão sistêmica, pois tudo está conectado, e as ações locais têm consequências globais.

Nesse sentido, os entrevistados argumentam que os cidadãos são um elemento fundamental para o desenvolvimento local sustentável, uma vez que as cidades são produto da cultura e das ações dos indivíduos (Ronconi, 2011; Glaeser, 2011). De tal modo, a pesquisa levantou que fatores como políticas de educação de qualidade são tão necessárias quanto instrumentos de governança participativa, uma vez que a

educação tem a capacidade de formar os indivíduos e prepara-los para a participação política efetiva.

De acordo com os entrevistados, uma cidade sustentável é aquela que faz com que o cidadão tenha consciência do que venha a ser sustentabilidade urbana e professe essa consciência nos seus atos, nas suas práticas (Sachs, 2002). Assim, as entrevistas e autora Ronconi (2011) argumentam a cultura de participação permite a realização de ações e condutas simples no cotidiano relativas a sustentabilidade, o que a partir de pequenos resultados, possibilita a realização de ações mais complexas para a formulação de políticas públicas.

Os dados levantados apontam que, na opinião dos entrevistados e a partir do referencial teórico, uma cidade sustentável deve realizar o seu planejamento articulando os diversos planos setoriais do governo com a ampla participação da sociedade civil e o respeito ao ambiente legal e regulatório. De acordo com os entrevistados, isso é fundamental para o estabelecimento de políticas públicas de qualidade e maior equidade social na formulação da agenda política, o que de acordo com Ronconi (2011) faz parte dos princípios para a boa governança de cidades.



Do outro lado, os entrevistados retrataram o lado negativo das cidades, o qual traz uma série de problemáticas de ordem socioeconômicas e que dificulta o estabelecimento de planos de sustentabilidade (Maricato, 2000; Sachs, 2002). Assim, problemas como mobilidade, déficit habitacional, pessoas

em situação de rua e poluição ambiental devem ser superados para que se estabeleça uma cidade sustentável (Sachs, 2002; Ferreira et al., 2018). A seguir, a Figura 7 apresenta a Categoria de Desenvolvimento Urbano Sustentável, ampliando a discussão.

Categoria teórica	Dado primário dos entrevistados	Elemento
Desenvolvimento urbano sustentável	[...] derivar isso tanto para práticas de economia, como consumo menos desenfreado, mais consciente, com melhor aproveitamento de recursos. Mais políticas públicas para o respeito ambiental e aplicação de tecnologias digitais no desenvolvimento das cidades.	Consumo sustentável
	[...] desenvolvimento sustentável é pensar primeiro nas pequenas condições que geram pequenas economias para um setor em desenvolvimento que é pontual. A partir de pequenas coisas, grandes coisas.	Pequenas ações
	[...] desenvolvimento sustentável interliga o meio e o fim, um padrão de sustentabilidade que permita qualidade de vida, crescimento econômico, justiça social, meio ambiente equilibrado.	Desenvolvimento para todos

Figura 7 - Categoria teórica – Desenvolvimento urbano sustentável

Fonte: elaborado pelos autores (2017).

O desenvolvimento urbano sustentável depende de uma série de mudanças de atitude. Além dos aspectos de governança política apresentados até este ponto, os entrevistados revelam que adotar estratégias sistêmicas para o desenvolvimento sustentável cria uma janela para a produção de qualidade de vida (Fitzgerald et al., 2012).

De acordo com os entrevistados, o desenvolvimento urbano sustentável deve relacionar os sistemas que compõe uma cidade, ampliando as fontes de conhecimento de maneira articulada para o planejamento e execução de uma estratégia (Childers et al., 2014). Ainda, os dados esclarecem que uma cidade sustentável é uma cidade que consegue planejar a sua operação

e executá-la no longo prazo, para agredir menos o meio ambiente e proporcionar uma qualidade de vida melhor para os habitantes (Maricato, 2015; Fitzgerald et al., 2012).

Os entrevistados relataram que uma cidade é como um sistema, o qual possui entrada de recursos, um processamento desses insumos e uma saída. De tal modo, o processo de desenvolvimento urbano sustentável deve considerar uma estratégia entre entradas e saídas, criando um circuito fechado entre produção, consumo consciente e tratamento de resíduos e emissões (Wolsink, 2016). A seguir, um trecho transcrito da Entrevistada D que ilustra esta situação.

"[...] uma cidade sustentável, literalmente 100% sustentável, não existe, nós não chegamos nesse patamar ainda. Mas podemos tornar as cidades cada vez mais sustentáveis. Significa ela consumir a menor quantidade possível de recursos naturais e impactar o menos possível o meio ambiente. (...) é uma questão de entrada e saída: o que entra e como entra; e o que sai e como sai. E tentar reduzir tanto na entrada quanto na saída. E como é impossível reduzir a zero, toda cidade vai precisar consumir, por mais que ela recicle o máximo possível ainda vai ter entrada. É diminuir essa conta"

Essa citação remete a Rogers (1997) em *Cities for a small planet*, que aborda a questão do

metabolismo linear e circular das cidades: diminuir entradas de recursos, diminuir saídas de





poluição e desperdício, e reciclar/reaproveitar o máximo possível. Isso, na visão de Sachs (2002) possibilita um desenvolvimento equilibrado e capaz de preservar as características naturais do planeta.

As entrevistas ressaltam ainda que o desenvolvimento urbano sustentável passa pela realização de ações de diferentes escalas, as quais

se materializam com a participação dos cidadãos nos processos de reciclagem até mesmo a criação de projetos e programas de maior complexidade. Segundo eles, os gestores públicos devem ter em mente que uma cidade sustentável deve envolver os cidadãos e ser boa para todas as pessoas. Assim, a seguir apresenta-se os resultados da Categoria Instrumentos de Gestão.

Categoria teórica	Dado primário dos entrevistados	Elemento
Instrumentos de gestão	[...] o Estatuto das Cidades e o Plano Diretor.	Deflexão da regulamentação
	[...] o Plano Diretor, o Plano de Metas, o PPA, Leis Orçamentárias, o Estatuto da Cidade, que dá uma diretriz genérica.	
	[...] o Plano Plurianual – PPA, na maior parte dos casos se tornou uma coisa burocrática só para cumprir obrigação. Não é um plano efetivo que seja levado a sério.	
Instrumentos de gestão	[...] os indicadores como a própria questão da inovação tecnológica e as redes inteligentes que é uma ferramenta de segurança e controle de eventos naturais. A defesa civil dos municípios tem recorrido à inovação tecnológica.	Tecnologias de controle de áreas de risco
	[...] acompanhamento da movimentação das áreas, das áreas verdes e do controle da ocupação de áreas protegidas.	
	[...] desenvolvimento sustentável sem um planejamento integrado, dos mais variados temas, qualidade do ar, monitoramento, questão hídrica, resíduos sólidos, saneamento, mobilidade.	
Instrumentos de gestão	[...] é normal as pessoas gastarem 3 horas para ir 3 horas para voltar.	Fraca governança
	[...] as mobilidades verdes, mobilidade cooperativa, espaços caminháveis, os grandes espaços de transição. Todos envolvem o ser humano, mas todos e nenhum deles no fundo, acaba admitindo que se eu não tiver economia envolvida nada disso vai funcionar.	
	[...] o urbanismo caminhável como a questão dos espaços urbanos com os parklets. A Prefeitura optou por isso, mas me preocupa o espaço da rua que está sendo tirado, eu não estou dizendo espaço de carro.	

Figura 8 - categoria teórica – instrumentos de gestão.

Fonte: Elaborado pelos autores (2017).

A pesquisa apontou que para o desenvolvimento de cidades sustentáveis são necessários uma série de instrumentos, os quais podem ser divididos entre ferramentas de governança, marcos legais e a tecnologia. Assim, as entrevistas dão uma contribuição ainda mais significativa para a área de Planejamento Urbano e Regional. Estas características aparecem nos trabalhos de Ronconi (2011), Maricato (2015), Bugs *et al.* (2010) e Kobayashi *et al.* (2017).

Tratando-se de aspectos legais, os entrevistados citaram diversos instrumentos que auxiliam as cidades na promoção do desenvolvimento urbano sustentável, tais como o Estatuto das Cidades, o Plano Diretor, o Plano de Metas, o Plano Plurianual (PPA) e Leis Orçamentárias. Verifica-se que no primeiro caso trata-se de uma legislação federal - Estatuto das Cidades, Lei Nº 10.257/2001 - e nos demais casos, de legislações realizadas em nível municipal. Isso significa que as cidades devem respeitar e implementar regulações de diferentes





níveis na busca pelo desenvolvimento sustentável.

Em termos de legislação, as entrevistas ainda mostraram uma concordância no que diz respeito ao planejamento urbano sustentável ser resultado de uma política pública estruturada. Os entrevistados argumentam que o Plano Diretor, dispositivo básico da política de desenvolvimento e de expansão urbana, é um dos principais instrumentos para a promoção da sustentabilidade e do desenvolvimento urbano equilibrado ao longo do território de uma cidade, sendo que este deve ser planejado em conjunto com a sociedade.

Os entrevistados, assim como Ronconi (2011), também trazem à tona a importância da utilização de indicadores para medir o desempenho das cidades. Isso porque os indicadores possibilitam materializar indicativos de avaliações muitas vezes realizadas de maneira subjetiva pelos administradores públicos. Nesse sentido, os dados revelam que os indicadores são fundamentais para a criação de políticas ambientais, como a segurança e o controle de eventos naturais.

Ainda, as entrevistas discutem a importância da tecnologia como um instrumento de sustentabilidade (Kobayashi *et al.*, 2017; Fitzgerald *et al.*, 2012). De acordo com os respondentes, a tecnologia e o uso de redes inteligentes podem auxiliar as cidades a lhe dar com os problemas das mudanças climáticas e na prevenção de desastres, além de possibilitar o monitoramento contínuo de áreas de proteção ambiental (APA).

Tratando-se de governança, os entrevistados argumentaram amplamente a ausência de mecanismos de governança participativa para a elaboração de planos e políticas públicas podem produzir resultados negativos para uma cidade. Assim, os resultados desta pesquisa e Ronconi (2011) apontam que os gestores públicos devem atuar de maneira integrada, criando um modelo de governança participativa para as cidades que compreenda a igualdade, a transparência e o equilíbrio de poder.

Nesse sentido, o entrevistado B complementou a narrativa sobre o instrumento de governança participativa argumentando que práticas impostas verticalmente pelos governos, ou seja, de cima para baixo, não são tão eficazes,

pois as pessoas – os sujeitos que diariamente vão lidar com os resultados das decisões políticas – quando não se sentem parte de uma decisão, não defendem ou dificultam a sua implementação. Em outras palavras, os instrumentos participativos geram engajamento e aderência da população as decisões políticas.

Os entrevistados argumentaram que os problemas urbanos não devem ser tratados de maneira cartesiana, mas sim de forma integrada, pois de acordo com eles e Sachs (2002), a sustentabilidade é um elemento que exige visão sistêmica do mundo e, do mesmo modo, os problemas urbanos estão integrados e formam uma rede complexa de interdependências, em que um leva ao outro. Isso eleva ainda mais a importância da utilização de instrumentos de governança que integrem as diferentes visões de mundo e demandas da sociedade.

Em suma, o ponto mais relevante nessa questão é que não é possível pensar planejamento de cidades sustentáveis maneira isolada (Stigt *et al.*, 2013; Childers *et al.*, 2014). É preciso entender o assunto de forma integrada, sendo necessário aos governos uma estratégia de governança interna e externa, na expectativa de integrar diferentes áreas do governo e os cidadãos na busca de soluções integradas para a sustentabilidade (Sachs, 2002).

5 Considerações finais

As cidades representam o maior desafio e a força mais importante deste século para solucionar as problemáticas da sociedade e do planeta. É na cidade que se constroem as soluções para o meio ambiente, a economia e a inclusão social. Nesse sentido, esta pesquisa demonstrou a importância do planejamento urbano para o desenvolvimento de cidades sustentáveis.

Os resultados da pesquisa demonstram que o planejamento urbano é um elemento fundamental para promover a sustentabilidade urbana, ordenar a complexidade das cidades e das aglomerações urbanas, equilibrar as suas dinâmicas de desenvolvimento, representar os interesses dos cidadãos e facilitar o processo de evolução de uma sociedade em constante transformação.

O estudo demonstra que, na opinião dos entrevistados, a sustentabilidade não deve ser





entendida apenas pelo tripé social, econômico e ambiental, mas sim vista como um caminho para que as cidades tenham condições de habitabilidade ao longo do tempo e, e para isso, os planos urbanos devem contemplar uma visão de longo prazo.

E, ainda, na vertente de explorar o conceito de sustentabilidade, dentre as dimensões elementares do desenvolvimento sustentável, a pesquisa demonstra a importância da inclusão da cultura dos indivíduos como um elemento-chave para sociedades mais sustentáveis. Isso porque as cidades são fruto da representação das manifestações humanas. Assim, a cultura, vista pela perspectiva do indivíduo e de suas atitudes, é essencial para a existência de uma cidade sustentável.

O estudo indica ainda a necessidade de as cidades criarem novos modelos de governança política, os quais devem ser participativos e inclusivos. Isso se faz necessário pelo fato da governança ser um elemento articulador dos interesses dos diferentes grupos de uma sociedade e uma dimensão capaz de permear todos os pilares da sustentabilidade.

A governança amplia a capacidade de articulação de uma política pública, agregando o conhecimento de diferentes indivíduos para soluções mais inteligentes. As cidades podem promover a participação através de diferentes instrumentos de gestão e de planejamento urbano, seja na concepção de seus Planos Diretores ou na promoção de outras políticas públicas.

A pesquisa ressalta que a participação política no desenvolvimento sustentável das cidades pode se dar de diferentes maneiras. Uma delas é no processo decisório, para que a população se aproprie da legislação, a entenda como necessária e seja sua defensora. Outra é no cotidiano, em que o cidadão se apropria e passa a ter consciência da sustentabilidade urbana, e reflete isso tanto em suas ações e práticas como em princípios e valores que serão passados adiante para as gerações futuras.

A partir do momento em que as pessoas se apropriam de uma consciência sistêmica, a qual comprehende os limites de uso dos recursos naturais e do planeta, a sociedade estará se direcionando a um futuro melhor, possibilitando que as gerações futuras tenham acesso aos recursos que se tem hoje e, que de preferência, recupere também muito do que foi perdido ao longo das últimas décadas.

A sustentabilidade urbana acaba por ter como foco os indivíduos, de forma que estes devem estar no centro dos processos de planejamento e desenvolvimento urbano. Nesse sentido, os cidadãos devem cooperar na promoção da sustentabilidade das cidades, a partir de ações pequenas como a reciclagem do lixo doméstico até a participação política de maior complexidade.

O bom planejamento urbano é essencial para promover a distribuição de serviços públicos no território e de recursos a todos e, ainda, de compreender as demandas e atender às necessidades básicas das populações mais pobres. Dessa forma, sendo um elemento fundamental para o desenvolvimento de cidades sustentáveis.

O estudo traz uma limitação a ser considerada, uma vez que os entrevistados eram todos residentes da cidade de São Paulo, o que coloca uma perspectiva de megacidade nas vivências e experiências de vida dos sujeitos. Assim, como estudos futuros indica-se a realização da pesquisa com sujeitos de cidades de menor porte ou ainda cidades em outros Estados e países.

Por último, destaca-se que este trabalho atendeu às expectativas respondendo às perguntas de investigação, trazendo contribuições para a compreensão das relações entre o planejamento urbano e o desenvolvimento sustentável de uma cidade. Além disso, trouxe à tona importantes mecanismos e ferramentas da área de planejamento urbano para o desenvolvimento sustentável das cidades.



Referências

- Andrade, Francisco Alcicley
Vasconcelos.(2013). In: *Sustentabilidade urbana e impactos socioambientais: uma abordagem acerca da ocupação humana desordenada no espaço urbano*. Recuperado em 20 março, 2015, de <http://www.eumed.net/rev/ccccs/24/sustentabilidade-urbana.html>. 2013.
- Baiocchi, G, Heller, P, & Silva, M. K. (2011). *Boot-strapping democracy: transforming local governance and civil society in Brazil*. Stanford, CT: Stanford University Press.
- Banco Mundial (1992). *Governance and Development*. Washington: World Bank.
- Boamah, Nicholas Addai, Gyimah, Charles, & Nelson, John Kwabena Bediako (2012). Challenges to the enforcement of development controls in the Wa municipality. *Journal of housing and the built environment*, 36(1), 136-142.
- Brasil (2001). Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001 : *Estatuto da Cidade*. Recuperado em 15 março, 2015, de http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/leis_2001/l10257.htm.
- Bugs, Geisa, Granell, Carlos, Fonts, Oscar, Huerta, Joaquín, & Painho, Marco (2010). An assessment of Public Participation GIS and Web 2.0 technologies in urban planning practice in Canela, Brazil. *Cities*, 27(3), 172 – 181.
- Caldeira, Teresa, & Holston, James (2015). Participatory urban planning in Brazil. *Urban Studies*, 52 (11), 2001-2011.
- Childers, Daniel L., Pickett, Steward T.A., Grove, J. Morgan, Ogden, Laura, & Whitmer, Alison (2014). Advancing urban sustainability theory and action: Challenges and opportunities. *Landscape and Urban Planning*, 125, 320-328.
- CMMAD - Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (1988). *Nosso futuro Comum*. 2^a ed. Tradução de Our common future. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas.
- Cobbinah, Patrick Brandful, & Korah, Prosper Issahaku (2016). Religion gnaws urban planning: the geography of places of worship in Kumasi, Ghana. *International Journal of urban sustainable development*, 8(2), 93-109.
- Creswell, John W. (2007). *Projeto de pesquisa: método qualitativo, quantitativo e misto*. Porto Alegre: Artmed.
- Deak, Csaba (1999). *O processo de urbanização no Brasil: falas e façanhas*. São Paulo: Edusp.
- Dahl, A. L. (2014). *Agenda 21*. In: Freedman B. (eds), *Global Environmental Change. Handbook of Global Environmental Pollution*, v. 1. Springer: Dordrecht.
- Ferreira, M. L., de Souza, L. C., Conti, D. M., Quaresma, C. C., Reis Tavares, A., Gonçalves da Silva, K., & de Camargo, P. B. (2018). Soil Biodiversity in Urban Forests as a Consequence of Litterfall Management: Implications for São Paulo's Ecosystem Services. *Sustainability*, 10(3), 684.
- Ferreira, Mauro (2013). Sustentabilidade e planejamento urbano e regional. *Ciência e Praxis*, 6(11), 7-12.
- Fitzgerald, Brian G., O'Doherty, Travis, Moles, Richard, & O'Regan, Bernadette (2012). A quantitative method for the evaluation of policies to enhance urban sustainability. *Ecological Indicators*, 18, 371-378.
- Glaeser, Edward (2011). *Triumph of the City: How Our Greatest Invention Makes Us Richer, Smarter, Greener, Healthier, and Happier*. New York: Penguin.





- Glaeser, Edward (2012). *The Urban Imperative: Toward shared prosperity*. Washington: World Bank Publications.
- Global Footprint Network. (2015). Recuperado em 10 setembro, 2015, de <http://www.footprintnetwork.org/en/index.php/GFN>.
- Hancock, K. E. (1993). Can pay? Won't pay? Or Economic principles of 'affordability'. *Urban Studies*, 30(1), 127-145.
- Healey, P. (1998). Building institutional capacity through collaborative approaches to urban planning. *Environment and Planning A*, 30(9), 1531-1546.
- Howe, K., & Eisenhart, M. (1990). Standards for Qualitative (and Quantitative) Research: A Prolegomenon. *Educational Researcher*, Toronto, 19(2), 2-9.
- Kennedy, C. A., Cuddihy, J., & Engel, Yan J. (2007). The changing metabolism of cities. *Journal of industrial ecology*, 11, 43-59.
- Kennedy, C. A., Pincetl, S., & Bunje, P. (2011). The study of urban metabolism and its applications to urban planning and design. *Environmental Pollution*, 159(8), 1965-1975.
- Kobayashi, Andrea Regina Kaneko, Kniess, Claudia Terezinha, Serra, Fernando Antonio Ribeiro, Ferraz, Renato Ribeiro Nogueira, & Ruiz, Mauro Silva (2017). Smart Sustainable cities: bibliometric study and patent information. *International Journal of Innovation*, 1(5), 77-96.
- Maricato, Ermínia (2000). Urbanismo na periferia do mundo globalizado: metrópoles brasileiras. *São Paulo em perspectiva*, 14(4), 21-33.
- Maricato, Ermínia (2015). Para entender a crise urbana. *CaderNAU- Caderno do Núcleo de análises urbanas –FURG – Universidade Federal do Rio Grande*, 8(1), 11-22.
- Okpala, Don (2009). Regional overview of the status of urban planning and planning practice in Anglophone (Sub-Saharan) African countries: Regional study for revisiting urban planning. Global report on human settlement. Nairobi. Available from <http://www.unhabitat.org/grhs/2009>
- ONU (2015). *O futuro que queremos*. Recuperado em 10 outubro, 2015, de http://www.onu.org.br/rio20/img/2012/01/O_FuturoqueQueremos_rascunho_zero.pdf.
- ONU (2014). Department of Economic and Social Affairs, Population Division *World Urban Prospects: The 2014 Revision, Highlights*, United Nations, 2014.
- Rogers, Richard (1997). *Cities for a small planet*. London: Faber and Faber.
- Ronconi, L. (2011). Governança pública: um desafio à democracia. *Revista Emancipação*. Ponta Grossa, 11(1), 21-34.
- Sachs, Ignacy (2002). *Caminhos para o desenvolvimento sustentável*. Rio de Janeiro, Garamond.
- Scott, A. J., & Roweis, S. T. (1977). Urban Planning in Theory and Practice: A Reappraisal. *Environment and Planning A*, 9(10), 1097-1111.
- Shmelev, S.E., & Shemeleva, I. A. (2009). Sustainable cities: problems of integrated interdisciplinary research. *Int. J Sustainable Development*, 12(1), 4-23.
- Sitarz, D. (1993). Agenda 21: The Earth summit strategy to save our planet. Boulder, CO (United States): EarthPress.
- Smith, Riley, & Wiek, Arnim (2012). Achievements and opportunities in initiating governance for urban sustainability. *Environment and Planning C: Government and Policy*, 30, 429-447.
- Stigt, Rien van, Driesssen, Peter P. J., & Spit, Tejo J. M. (2013). A window on urban sustainability Integration of environmental interest in urban planning through 'decision





As Novas Diretrizes e a Importância do Planejamento Urbano para o Desenvolvimento de Cidades Sustentáveis

windows'. *Environmental Impact Assessment Review*, 42, 18-24.

Tibaijuka, Anna K. (2006). On the occasion of the public debate on Urban Policies and the Right to the City, UNESCO UNHABITAT, 12(3), 2.

Wachhaus, A. (2014). Governance beyond government. *Administration & Society*, 46(5), 573-593.

Watson, J., Shields, K., & Langer, H. (2009). *European Green City Index*, Assessing the environmental impact of Europe's major cities. Munich: Siemens.

Wolsink, Maarten (2016). 'Sustainable City' requires 'recognition'— The example of environmental education under pressure from the compact city. *Land Use Policy*, 52, 174-180.

Yeboah, Eric, & Shaw, David P. (2013). Customary land tenure practices in ghana: examining the relationship with land-use planning delivery. *International Development planning review*, 35(1), 21-39.

YIN, R. K. (2005). *Estudo de caso: planejamento e métodos*. 3 ed. Porto Alegre: Bookman.

